

- Há cerca de um ano, o nome da Senhora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo constava já da lista de candidatas a S. Bento. Nessa altura admitiu que havia ideias feitas sobre o seu perfil político, que constituíam maior obstáculo à sua escolha do que a condição de ser mulher. Durante este tempo, o que se alterou a seu favor ?

"As ideias feitas permaneceram. O que se alterou foi a conjuntura em que a decisão do Senhor Presidente da República foi tomada. A conjuntura em que surgiu o V Governo é completamente diferente da conjuntura de há um ano atrás.

"No verão de 1978, o Senhor Presidente propunha-se escolher um chefe de Governo com o objectivo de governar até que os partidos estabelecessem entre si um acordo que permitisse formar Governo.

"Nessas condições bem concretas (e julgo que isso terá sido determinante) o Senhor Presidente considerou que a pessoa a escolher não deveria ter nenhum "recorte político" no seu perfil. Foi nesse sentido que então se falou de "equidistância" dos partidos (o que, aliás, é um conceito político bastante difícil de definir).

"Acontece que a conjuntura actual é completamente diferente. Os partidos não encontraram qualquer forma de acordo

e o que se impôs ao Senhor Presidente foi a escolha de um Primeiro Ministro que desse garantias de imparcialidade e isenção face à preparação das eleições intercalares. Ora a imparcialidade não é incompatível com uma clara definição de perfil político...

- - - - -

- Isso faz-me sugerir uma outra questão. Julga que o Senhor Presidente fez bem quando optou por governos com as características do III e IV Constitucionais ?

"Embora no nosso País estejamos a descobrir o gosto da liberdade, penso que há um certo número de balizas ao exercício dessa liberdade. E uma baliza que há ao exercício da liberdade de resposta de um Primeiro-Ministro à pergunta que acaba de pôr é que não me compete julgar das escolhas feitas pelo Presidente da República.

"A única coisa que posso dizer, essa dágo-a com toda a clareza, é que o Senhor Presidente da República se empenhou até ao fim na criação de uma maioria parlamentar permanente, coerente et estável. Não tendo encontrado condições para tal, foi em cada conjuntura, procurar pessoas competentes, tecnicamente capazes de realizar a função governativa e, basicamente, independentes. Este critério teve necessariamente a aprovação dos Portugueses, e também teve a minha, enquanto pessoa."

- - - - -

- De qualquer maneira, a Senhora Engenheira disse a um jornal alemão, salvo erro o "Die Welt", que achava que o Senhor Presidente da República poderia abandonar a fórmula de um governo estável e coerente, após o próximo acto eleitoral. Quando faz essa sugestão, isso quererá significar que falhou essa fórmula ?

"Deixe-me clarificar aquilo que o jornalista do "Die Welt" publicou. O que eu disse é que, justamente porque não foi possível estabelecer uma ~~xxxxxx~~ maioria, o Senhor Presidente da República decidiu dissolver a Assembleia para encontrar um novo equilíbrio de forças, fruto da vontade do povo português, neste momento preciso. Ora, nessas condições, as premissas que guiarão as opções do Senhor Presidente da República no contexto de uma nova Assembleia, não são, necessariamente, as mesmas que no período anterior. Dependerão dos resultados da consulta à população. Foi isso que tentei explicar ao jornalista de "Die Welt".

- - - - -

- De qualquer modo, espera contar com o apoio do Senhor Presidente da República até ao fim ?

"Essa pergunta deixa-me perplexa, na medida em que entendo que devemos tornar cada vez mais simples et mais cristalina a relação entre os órgãos de soberania. Um Presidente da República ou quer ou não quer um primeiro-ministro. Se na sua opinião, o Primeiro-Ministro está a exercer, de forma capaz, a governação, naturalmente que o Senhor Presidente da República lhe dá o seu apoio. Na altura em que a conduta do Primeiro-Ministro não o satisfazer, o Senhor Presidente da República tem toda a possibilidade de o exonerar e de demitir o governo.

"É evidente que, para além dos aspectos meramente formais, há nas relações entre um Presidente da República e um Primeiro-Ministro um aspecto intersubjectivo que se traduz no apoio moral, na confiança expressa, na aceitação de sugestões, na aprovação das decisões tomadas. Nesse sentido acho que posso dizer que conto com o apoio do Senhor Presidente da República."

- - - - -

- Fazendo uma análise àquilo que até agora tem sido a acção do seu Governo, em que sectores tem sentido mais frágil essa acção ?

"A acção do Governo ainda está no princípio, pois temos apenas um mês de trabalho real, na medida em que a discussão do programa nos ocupou até ao dia 19 de Agosto. Penso que, neste momento, onde a acção do Governo é mais difícil é

... e a possibilidade de uma nova abordagem, que permita uma melhor compreensão dos processos envolvidos na formação da identidade. A partir disso, é possível pensar em estratégias que possam promover a integração entre os diferentes aspectos da vida, visando a uma maior harmonia e bem-estar pessoal. Isso requer um trabalho contínuo e reflexivo, que permita ao indivíduo reconhecer seus pontos fortes e suas limitações, e buscar formas de superar as dificuldades e alcançar seus objetivos. A educação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, pois é através dela que se pode desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a complexidade da vida e construir uma identidade sólida e coerente.

Fundação Cuidar o Futuro

... e a possibilidade de uma nova abordagem, que permita uma melhor compreensão dos processos envolvidos na formação da identidade. A partir disso, é possível pensar em estratégias que possam promover a integração entre os diferentes aspectos da vida, visando a uma maior harmonia e bem-estar pessoal. Isso requer um trabalho contínuo e reflexivo, que permita ao indivíduo reconhecer seus pontos fortes e suas limitações, e buscar formas de superar as dificuldades e alcançar seus objetivos. A educação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, pois é através dela que se pode desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a complexidade da vida e construir uma identidade sólida e coerente.

... e a possibilidade de uma nova abordagem, que permita uma melhor compreensão dos processos envolvidos na formação da identidade. A partir disso, é possível pensar em estratégias que possam promover a integração entre os diferentes aspectos da vida, visando a uma maior harmonia e bem-estar pessoal. Isso requer um trabalho contínuo e reflexivo, que permita ao indivíduo reconhecer seus pontos fortes e suas limitações, e buscar formas de superar as dificuldades e alcançar seus objetivos. A educação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, pois é através dela que se pode desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a complexidade da vida e construir uma identidade sólida e coerente.

... e a possibilidade de uma nova abordagem, que permita uma melhor compreensão dos processos envolvidos na formação da identidade. A partir disso, é possível pensar em estratégias que possam promover a integração entre os diferentes aspectos da vida, visando a uma maior harmonia e bem-estar pessoal. Isso requer um trabalho contínuo e reflexivo, que permita ao indivíduo reconhecer seus pontos fortes e suas limitações, e buscar formas de superar as dificuldades e alcançar seus objetivos. A educação, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, pois é através dela que se pode desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a complexidade da vida e construir uma identidade sólida e coerente.

nos sectores simultaneamente sociais e económicos, onde o espartilho (se assim se pode chamar) do Orçamento Geral do Estado nos impede de fazer transformações fundas. Refiro-me, em primeiro lugar, à resposta aos direitos sociais da população - condições de habitação, saúde, cobertura social, etc,...- que precisariam nesta fase de um arranque muito importante. Em todos estes domínios a população teria o direito de exigir uma série de medidas que correspondessem melhor aos seus direitos sociais, e que nós não podemos satisfazer, exactamente pela limitação do Orçamento Geral do Estado.

"Mas não é apenas aqui que há um estrangulamento. Igualmente grave, embora sentido de outra maneira, é o estrangulamento que diz respeito ao apoio que seria indispensável dar às pequenas e médias empresas, algumas em situação extremamente difícil (tanto mais difícil quanto mais os direitos sociais forem satisfeitos, visto que a isso correspondem aumentos de salários, maior cobertura para a segurança social, etc.) Haveria que garantir a essas empresas condições de crédito bonificado que lhes permitisse desenvolverem-se. Por outro lado, haveria ainda que procurar todos os meios que permitissem aumentar a produção agrícola, o que é sem dúvida uma das preocupações dominantes deste Governo, embora ela seja de curta duração.

"Ora, a nossa actuação, em todos estes sectores, tem ~~xxxxxxx~~ de ser necessariamente frágil, em virtude dos constran-

gimentos de ordem económica e de ordem financeira. Como sabe, estamos a governar com um Orçamento que não fizémos, e estamos, para mais, no último trimestre desse Orçamento."

- - - - -

- Muitas organizações de base têm-se dirigido ao Governõ pedindo audiências para a resolução de problemas que lhes dizem respeito. A Senhora Engenheira pensa que o Governo jogará na capacidade de resposta a essas solicitações parte da sua credibilidade ? As suas deslocações programadas agora tentarão responder, de algum modo, a essas questões ?

Fundação Cuidar o Futuro

"Gosto muito que tenha posto essa pergunta porque corresponde a uma das minhas preocupações. Quando as associações se dirigem a qualquer membro de Governo, ou mesmo ao Primeiro-Ministro, pensa-se que vêm apenas expor um certo número de problemas. Ora, é muito interessante verificar, como agora verifiquei na minha deslocação à Beira - que as populações não têm apenas reivindicações a fazer, mas têm também sugestões a propôr sobre a maneira como as coisas poderiam ser feitas.

"Posso dar-lhe um exemplo com a visita de trabalho que fiz a zonas vítimas de incêndios na Beira. Entre as questões que foram levantadas, foi posto o problema de os incêndios terem atingindo as proporções que atingiram porque os pinhais estão sem nenhum ordenamento: os pinheiros estão muito perto uns dos outros, o mato não está limpo, não há estradões que separem as várias zonas florestais, etc.

"Como se trata de uma zona de minifúndio e de propriedade privada, os serviços públicos não podem intervir sem autorização das populações. Na reunião que tive com os Presidentes das Câmaras e outras pessoas, o problema foi ventilado e tomou-se a decisão de que se abririam os estradões, de acordo com a vontade expressa dos proprietários. Além do apoio dos serviços, alguém sugeriu que se recorresse também à Engenharia Militar.

"Como vê, foram decisões tomadas in loco, com a colaboração de todos os presentes e sem sobrecarga para o erário público. É nesse sentido que eu tenho vindo a falar de "medidas qualitativas". Há muitas que poderão vir a ser tomadas.

"Mas a sua pergunta era se o Governo, com este tipo de contactos, jogava a sua credibilidade. Eu penso que sim pelo menos no imediato. Mas devo dizer-lhe que, mais do que a credibilidade do Governo, o que me preocupa é a situação real das pessoas e o desejo de dar resposta aos problemas que as afligem. Essas respostas são na maioria dos casos pequenas decisões de tipo pragmático que nada ^{têm} de transcendente, e muito menos de ideológico."

Relativamente aos órgãos de comunicação acha que já se deu um salto qualitativo? Na sua última comunicação, o Presidente da República, penso que em consonância com as ideias que tem defendido, declarou que "compete ao Estado assegurar que a informação ~~se~~ fidedigna e ~~que~~, quando não for, permitir que o povo disponha de elementos para compreender a intencionalidade da distorção." Na prática, como irá acontecer. Isto é o Estado ~~fpz~~ fazer compreender a intencionalidade da distorção, a que meios pensa recorrer?

"Para lhe falar verdade, devo confessar que em matéria de comunicação social ainda não foi possível a este governo tomar qualquer medida com verdadeiro impacto social.

"Os defeitos da nossa informação dificilmente se corrigirão de um dia para o outro. / Verifica-se, na maioria dos nossos jornais, *Fundação Cuidar o Futuro* uma grande ausência de rigor científico na forma como as notícias são dadas. / Não se distingue, por exemplo, com facilidade a crónica da reportagem, o artigo de informação do artigo de opinião, o ensaio do comentário de ocasião. Os vários tipos de notícia apresentam-se com contornos muito deluídos, o que dificulta grandemente a compreensão. *qualis?* Ora esses problemas só se resolverão com uma formação profissional adequada. (Em meu entender é esse problema que deverá ser tratado com maior urgência.) *Esperando que o Governo se preocupe* Temos que discutir com os representantes dos órgãos de comunicação e com os *dirigentes* ~~representantes~~ sindicais correspondentes, a forma como os profissionais da informação poderão vir a ter *acesso* a uma formação profissional acelerada e actualizada.

"Não podemos falar em comunicação social, no sentido próprio do termo, enquanto os jornais forem papéis onde

qualquer pessoa que sabe ler e escrever vai debitar o seu ódio ou as calúnias que inventa. Nesse caso os jornais não são órgãos de comunicação: são órgãos de divisão, que outra coisa não fazem senão cimentar as fracturas sociais.

"Neste momento, e tendo em conta o facto de estarmos em período pré-eleitoral, julgo que é extremamente importante que os profissionais da informação se sensibilizem para a necessidade de evitarem notícias alarmistas, contrariando o clima de paz e confiança social que este Governo tem por missão estimular.

"É nesse sentido que tenho falado da necessidade de estabelecermos entre nós um código de normas deontológicas, que delimitem as balizas que o respeito pela verdade e pela liberdade de consciência de cada cidadão impões.

"Não se trata, como é óbvio, de qualquer forma de censura administrativa. Trata-se, sim, de interiorizar atitudes de respeito mútuo, na convicção de que só elas permitem o exercício plena das liberdades individuais, na sua constante interacção.

- O Governo decidiu esta semana tomar algumas medidas quanto ao Sector Empresarial do Estado. Isso querará dizer que a política seguida até agora falhou, ou vamos assistir a uma grande mudança nesse sector, e em que termos ?

" O Sector Empresarial do Estado requer um Suidado muito especial, em termos de gestão. Por um lado, pela importância dos bens e serviços que Produz; por outro lado, porque nesse sector está, afinal, o capital pertencente a todos nós. E Estado é, por assim dizer, o intendente dos bens do povo. Não admir@, pois, que o povo lhe peça contas por essa intendência.

"A política do actual Governo neste sector não pretende introduzir nada de radicalmente novo. Pretende, antes de mais, fazer fundionar as leis existentes.

"Generalizou-se a convicção de que as empresas públicas são, necessariamente, empresas que dão déficit. Ora isso é totalmente errad@. (Não há nenhuma razão^{para} que as empresas geridas pelo Estado sejam menos eficáz^s que as empresas privadas.)

"Em meu entender, o Orçamento Geral do Estado não pode continuar a cobrir déficits que se devem a uma má gestão e a um mau aproveitamento dos recursos. É preciso responsabilizar os gestores e estimular, por todos os meios, a rentabilidade e a produtividade daquilo que é capital de todos os cidadãos. Foi isso que o último Conselho de Ministros procurou fazer, ao aprovar um programa de medidas tendentes à dinamização do Sector Empresarial do Estado."

- Entrando no capítulo das suas relações com os partidos, penso que a Senhora Engenheira se recorda daquela cena da Assembleia, em que, no discurso de encerramento chamou de desonestos a alguns políticos que antes a tinham criticado. Depois, no texto, a palavra foi retirada. Porquê ?

"Foi o contrário que se passou. A palavra "desonestos" não constava do texto que eu tinha escrito e que foi depois distribuído. Ao ler o texto fiz algumas alterações, impulsionada pelo desejo de dar uma resposta directa a algumas críticas, totalmente infundadas, que me tinham sido feitas. Disse-se, por exemplo, que eu na UNESCO não tinha apoio do grupo ocidental, falou-se do meu "terceiro-mundismo" como de alguma coisa que lesava a minha lealdade ao País e à nossa integração na Europa, criticou-se até a minha inserção na Igreja e a honestidade das minhas convicções de cristã... Como pode imaginar, perante tudo isso, eu não pude deixar de reagir fortemente, traduzindo o meu espanto perante a desonestidade "de homens que eu me habituava a considerar sérios e dignos". Houve alguns dirigentes políticos que disseram mais tarde que eu levava as críticas de forma demasiado pessoal, visto que se tratava de mero jogo parlamentar. Para mim, a mentira é a mentira, no Parlamento como em qualquer outro fórum.

- As presenças do PSD e do CDS nas audiências sobre o aumento de preços significou uma evolução em relação à sua pessoa?

" Independentemente do que esses partidos possam pensar da minha pessoa, considero muito positiva a sua participação nas conversações que precederam a decisão do aumento de preços. Os Partidos vieram participar num diálogo a que têm pleno direito e a troca de ideias e pontos de vista sobre certos aspectos da economia portuguesa, sobre alguns critérios e prioridades, foi de grande utilidade para o Governo. Em termos muito concretos e pragmáticos, as nossas opiniões não diferiam substancialmente. Acredito que, para além das estratégias políticas que fixam os partidos em determinadas posições, há sempre pontos de contacto a estabelecer, na procura das soluções que melhor convêm aos interesses nacionais!"

- Afirmou, em determinada altura, que se considerava subjectivamente exonerada a seguir às eleições. Significa que objectivamente poderá não o ser e por quanto tempo ?

" O que disse na Assembleia foi que, subjectivamente, considerava terminado o meu mandato logo que os resultados das eleições fossem conhecidos. Vejo este meu trabalho como um serviço bem delimitado no tempo. Por isso usei a expressão "marcha de 100 dias"..! Na altura devida, verei com o Senhor Presidente da República, e até em diálogo com outras forças políticas, qual é a melhor maneira de dar tradução objectiva

àquilo que é minha intenção subjectiva. Ou peço a demissão
ou o Sr. Presidente da República me exonera.

Fundação Cuidar o Futuro